



REFLEXIVIDADE E ÉTICA NA PESQUISA Trabalho emocional e conhecimento situado com migrantes filipinas

REFLEXIVITY AND RESEARCH ETHICS Emotional labor and situated knowledge with filipino migrants

Davi de Carvalho Malheiros

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Université de Strasbourg, Faculté des Sciences Sociales, Laboratoire Interdisciplinaire en Sciences Sociales (LINCS). 61^a Rue du Lazaret 67100 — Strasbourg, França

E-mail: davi.decarvalho@unistra.fr | ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1896-329X>

Resumo: Este artigo analisa os desafios metodológicos, epistemológicos e éticos enfrentados em uma pesquisa etnossociológica com mulheres migrantes filipinas na Alemanha. A partir de uma abordagem por histórias de vida, problematiza-se a posição do pesquisador, as emoções envolvidas na interação com os sujeitos e a produção do conhecimento como prática situada. O artigo propõe um diálogo entre as contribuições de Hochschild sobre o trabalho emocional, Bertaux sobre histórias de vida e a perspectiva da pesquisa engajada. Ao enfatizar a reflexividade e a escuta sensível, destaca-se a importância de uma postura ética e crítica na pesquisa com populações vulnerabilizadas.

Palavras-chave: metodologia qualitativa, histórias de vida, conhecimento situado, pesquisa etnográfica.

Abstract: This article examines the methodological, epistemological, and ethical challenges encountered in an ethnosociological study with Filipino migrant women in Germany. Based on life story interviews, it problematizes the researcher's position, the emotions involved in the interaction with participants, and the production of knowledge as a situated practice. The article draws on Hochschild's concept of emotional labor, Bertaux's approach to life stories, and perspectives on engaged research. By emphasizing reflexivity and sensitive listening, it highlights the importance of an ethical and critical stance when researching vulnerable populations.

Keywords: qualitative methodology, life stories, situated knowledge, ethnographic research.

Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão metodológica, ética e epistemológica sobre uma investigação etnossociológica realizada com mulheres migrantes filipinas na Alemanha. Trata-se de uma pesquisa que se valeu de relatos de vida, observação participante e uma abordagem qualitativa centrada na escuta atenta das experiências de mulheres inseridas num contexto migratório, laboral e familiar marcado por relações complexas de poder, de gênero, de classe e de racialização.

O trabalho de campo foi conduzido entre 2015 e 2020, principalmente no estado de Baden-Württemberg, e consistiu em 21 entrevistas biográficas em profundidade, além de diversos momentos de convivência informal com as participantes da pesquisa, em suas casas, espaços religiosos e redes de sociabilidade. Ao longo dessa experiência, emergiram questões cruciais relativas à posição do pesquisador, às fronteiras entre empatia e distanciamento, e aos efeitos emocionais e cognitivos de um trabalho prolongado de escuta de histórias atravessadas por sofrimento, resistência e ambivalência.

Neste artigo, buscamos ir além do relato empírico para discutir os desafios metodológicos e epistemológicos implicados na produção de conhecimento sobre e com sujeitos em situação de vulnerabilidade social e migratória. Interessa-nos, em particular, refletir sobre a maneira como a escuta — entendida não apenas como técnica, mas como postura ética e política — transforma o próprio processo de investigação. Isso nos leva a considerar o papel da implicação do pesquisador, os dilemas enfrentados na mediação entre proximidade e alteridade, e a natureza situada e relacional do saber produzido.

A investigação se inscreve na tradição das abordagens qualitativas que valorizam os saberes experienciados e os discursos dos sujeitos, mas procura também dialogar criticamente com os limites dessa mesma tradição. A partir das contribuições de autores como Daniel Bertaux (2010), Sandra Harding (1991), Arlie Hochschild (2012), Danièle Kergoat (2012) e James C. Scott (2019), propomos uma leitura crítica da produção de conhecimento na pesquisa social qualitativa, defendendo a necessidade de uma reflexividade ampliada, que inclua as dimensões emocionais, éticas e políticas do trabalho de campo.

A trajetória das mulheres entrevistadas — majoritariamente donas de casa, cuidadoras e enfermeiras inseridas no regime migratório familiar alemão — revela tensões constantes entre estrutura e agência, dominação e resistência, pertencimento e marginalização. Ao escutar suas histórias, o pesquisador se vê desafiado a lidar com seus próprios afetos, pressupostos e posições sociais. É nessa zona de tensão que se inscreve este artigo, cuja ambição é contribuir para uma sociologia

mais sensível às complexidades da escuta, aos limites do lugar do pesquisador e às possibilidades de transformação inscritas no gesto de conhecer.

O contexto da pesquisa

Este artigo se baseia em uma pesquisa de Doutorado, realizada entre 2015 e 2020, principalmente na região de Baden-Württemberg, no sudeste da Alemanha. A Tese foi defendida em 2022 e posteriormente publicada sob a forma de livro (Malheiros, 2025). A escolha desse território não foi casual: trata-se de uma das regiões mais ricas e industrializadas do país, com uma demanda significativa por mão de obra no setor dos cuidados — especialmente no atendimento a pessoas idosas e nos casamentos entre homens alemães e mulheres estrangeiras. Por cuidados, entende-se aqui o trabalho de reprodução social (Parreñas, 2015), que compreende um amplo leque de atividades essenciais à manutenção da vida e da sociedade, desde o cuidado com crianças e idosos até os afazeres domésticos, sejam essas atividades mercantilizadas ou realizadas no âmbito familiar. Essa demanda é suprida, em grande parte, por mulheres migrantes vindas da Europa Oriental, da América Latina e do Sudeste Asiático. Entre elas, destacam-se as mulheres filipinas, muitas das quais envolvidas em trajetórias migratórias de longo curso, com experiências anteriores de trabalho na Arábia Saudita, em Hong Kong, em Singapura ou em países europeus como a Itália e a Espanha.

A escolha das Filipinas como foco da investigação decorreu de uma constatação etnográfica inicial: a presença filipina na Alemanha, embora numérica e estatisticamente menos visível que em outros contextos europeus, constitui uma comunidade densa, coesa e estruturada em torno de redes informais, especialmente religiosas e de ajuda mútua. Ao contrário de outras configurações migratórias nas quais as instituições religiosas formalizadas — como missões católicas ou paróquias — têm papel central, na Alemanha, a coesão do grupo filipino se constrói sobretudo por meio de práticas autogeridas de espiritualidade, acolhimento e sociabilidade. Esses elementos foram fundamentais para a viabilidade da pesquisa e para a constituição do corpus empírico.

A legislação migratória alemã também desempenha um papel determinante nesse cenário. A maioria das mulheres entrevistadas migrou para a Alemanha por meio do regime migratório familiar, seja pelo casamento com cidadãos alemães ou por meio do reagrupamento familiar. Essa forma de entrada no país define, em grande medida, as condições de permanência, os direitos legais e as margens de autonomia dessas mulheres. Ao mesmo tempo em que permite a regularização da permanência, o regime familiar tende a reforçar dinâmicas de dependência — jurídica, econômica,

emocional — que limitam o acesso a direitos sociais, à proteção contra a violência e à mobilidade laboral.

As entrevistadas pertencem majoritariamente a uma geração de migrantes que chegou à Alemanha entre os anos 1990 e 2010. Muitas delas foram contratadas inicialmente como enfermeiras ou cuidadoras no exterior e acabaram se inserindo em circuitos transnacionais do trabalho doméstico e de cuidados, caracterizados por baixos salários, jornadas extensas e forte invisibilidade social. Algumas tinham formação universitária nas Filipinas, outras migraram muito jovens, com pouca ou nenhuma experiência profissional. O elemento comum a essas trajetórias é a centralidade do trabalho reprodutivo como forma de inserção laboral e de legitimação da presença migrante.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que essas mulheres se encontram numa posição social ambígua: por um lado, são valorizadas por sua “habilidade natural” para cuidar — frequentemente racializada e generificada como parte de um estereótipo de docilidade e dedicação; por outro, enfrentam racismo, precariedade, isolamento e dificuldade de reconhecimento institucional. Essa ambivalência perpassa suas experiências cotidianas e seus relatos biográficos, conformando um terreno fértil para a análise das formas de resistência, agência e negociação da dominação.

O trabalho de campo foi viabilizado por meio de redes de confiança construídas progressivamente, sobretudo com o apoio de grupos religiosos informais e redes de apoio mútuo organizadas pelas próprias migrantes. A entrada no campo exigiu não apenas tempo, mas disposição afetiva, respeito às temporalidades das interlocutoras e flexibilidade metodológica. Muitas das entrevistas foram precedidas por longos períodos de convívio informal, conversas telefônicas, troca de mensagens, participação em celebrações religiosas e encontros informais. Essa imersão foi fundamental para estabelecer uma relação de confiança e possibilitar uma escuta mais profunda e nuançada.

Dessa forma, o contexto da pesquisa não se limita ao espaço físico ou institucional, mas compreende um campo relacional, afetivo e simbólico no qual a presença do pesquisador é sempre marcada por tensões entre proximidade e distância, pertencimento e estranhamento. É nesse terreno que se inscreve a reflexão proposta neste artigo, voltada a compreender não apenas os resultados empíricos da investigação, mas também os caminhos, dilemas e implicações do processo de pesquisa em si.

Dispositivo metodológico e implicação do pesquisador

A pesquisa que sustenta este artigo se inscreve no campo da etnossociologia, entendida como uma abordagem que combina os instrumentos da sociologia com uma atenção particular às dimensões culturais, simbólicas e relacionais da vida social. Trata-se de uma investigação qualitativa de tipo compreensivo, voltada à escuta atenta das experiências das interlocutoras e à análise situada de suas trajetórias. A etnossociologia e a técnica das histórias de vida permitem articular biografia e estrutura social, acessando sentidos e estratégias que escapam às abordagens quantitativas. Conforme argumenta Daniel Bertaux (2010), o relato capta a densidade das relações sociais, os processos de construção de sentido e os modos de resistência cotidianos.

O trabalho de campo foi realizado entre 2015 e 2020, majoritariamente em cidades da região de Baden-Württemberg, no sudoeste da Alemanha. A escolha empírica centrou-se em mulheres filipinas migrantes envolvidas em atividades de cuidado — principalmente trabalho doméstico e cuidado de idosos — ou casadas com alemães, vivendo em meio urbano e rural. A pesquisa buscou compreender suas formas de resistência, de construção de vínculos e de negociação cotidiana com as estruturas de dominação, sem perder de vista a inscrição dessas práticas no sistema-mundo do trabalho reprodutivo.

O dispositivo metodológico foi construído a partir de vinte e uma histórias de vida com mulheres filipinas migrantes, realizadas com o consentimento informado das participantes. As entrevistas ocorreram em contextos variados — residências, igrejas, cafés, centros comunitários — e duraram entre uma e três horas, sendo que algumas se desdobraram em vários encontros. O idioma utilizado foi predominantemente o inglês, mas houve também trechos em alemão e, pontualmente, palavras ou expressões em tagalog e bisaya — línguas nativas do arquipélago. Essas variações linguísticas criaram desafios na compreensão mútua e exigiram um esforço constante de tradução intercultural, reforçando o caráter situado da comunicação.

A escolha do inglês como língua principal da pesquisa — não sendo língua materna nem do pesquisador nem das entrevistadas — interferiu diretamente na construção de confiança e na produção dos dados. A comunicação partilhada, embora imperfeita, permitiu criar um espaço de escuta mais simétrico e menos hierárquico do que poderia ocorrer em contextos de bilinguismo assimétrico. Muitas participantes relataram se sentir mais à vontade falando com alguém que, como elas, fazia um esforço consciente para se expressar em uma língua “emprestada”, o que contribuiu para o estabelecimento de um vínculo empático e colaborativo.

O critério de seleção das participantes seguiu a técnica de amostragem por redes (*snowball sampling*), iniciando com lideranças religiosas e membros de comunidades católicas locais. A diversidade da amostra abrangeu diferentes idades, tempos de migração, configurações familiares e situações laborais. Embora o objetivo não tenha sido estatístico, procurou-se atingir uma variedade de experiências que permitisse apreender padrões e variações nas trajetórias analisadas.

Além das entrevistas, foram realizadas observações participantes em celebrações religiosas, jantares comunitários, reuniões informais e outros momentos de sociabilidade. Essa dimensão etnográfica foi fundamental para captar aspectos não verbalizados nos relatos — gestos, silêncios, afetos, hesitações — e para compreender o campo como espaço relacional, afetivo e simbólico (Burawoy, 1998).

A minha própria posição enquanto pesquisador — homem, brasileiro, migrante, católico, acadêmico — implicou uma série de desafios e tensões. O fato de eu não compartilhar a nacionalidade nem o gênero das participantes impôs limites evidentes à identificação, ao passo que a experiência migratória, a linguagem comum e a religiosidade vivida criaram certos pontos de aproximação. Essa posição híbrida, de alteridade relativa, exigiu atenção constante aos efeitos da minha presença no campo, à reflexividade não apenas individual, mas também reflexiva no sentido bourdieusiano (Bourdieu & Wacquant, 1992), considerando as posições sociais em jogo e os mecanismos de poder implicados na relação investigativa.

As entrevistas, sobretudo quando trataram de temas sensíveis como violência, racismo, medo de deportação ou dependência emocional, tornaram visíveis os limites da confiança, os silêncios estratégicos e a complexidade das relações de poder na produção dos dados. Em alguns momentos, minha condição de homem foi percebida como sinal de neutralidade ou distanciamento seguro, o que facilitou certos depoimentos. Em outros, gerou reservas, exigindo mais tempo para a construção de confiança. Esse processo foi sempre relacional, dinâmico e situado, envolvendo escuta ativa, respeito, reciprocidade e cuidado.

O impacto emocional do campo foi profundo. Fui atravessado por afetos intensos: empatia, tristeza, indignação, impotência. Esses afetos não foram obstáculos à análise, mas elementos constitutivos do processo de conhecimento. Inspirado em Hochschild (2012), compreendi o trabalho emocional como parte integrante da prática investigativa. Ao tematizar esse envolvimento, recorro também às epistemologias feministas situadas (Haraway, 1988; Harding, 1991; Scott, 2019), que defendem um conhecimento encarnado, comprometido e atento à parcialidade situada do olhar. Há, como observa Blalock (1982), uma crítica necessária ao empirismo que ignora a implicação do pesquisador e os efeitos do campo sobre sua subjetividade.

A postura reflexiva adotada implicou explicitar os deslocamentos metodológicos que o campo exigiu: a adaptação das perguntas, o cuidado com os tempos da escuta, a atenção às estratégias narrativas e aos silêncios. A co-construção do dado exigiu também reconhecer as participantes como sujeitos ativos da pesquisa, e não como simples fornecedoras de informação. Como aponta Bertaux (2010), essa reciprocidade pode transformar tanto o pesquisador quanto os pesquisados. Esse processo, contudo, não é isento de incompletudes e lutos. O término da pesquisa gerou um sentimento ambivalente de perda simbólica, de não ter podido “traduzir” integralmente o outro — uma melancolia que é constitutiva das relações de pesquisa e da própria sociologia encarnada.

Em síntese, o dispositivo metodológico — centrado na escuta sensível de trajetórias e em observações participantes — foi concebido como um processo vivo, situado, em constante negociação ética, afetiva e epistemológica. A análise que dele resulta está comprometida com uma sociologia pública (Burawoy, 2005), encarnada e crítica, que reconhece os limites e as potências da pesquisa em contextos marcados por vulnerabilidades múltiplas.

Os interstícios da pesquisa: alteridade, pertencimento e negociação de posição

Conduzir uma pesquisa com mulheres migrantes filipinas, sendo eu um homem latino-americano, acadêmico e também migrante, mas com uma posição relativamente segura do ponto de vista legal, social e simbólico — diferente da delas —, me colocou numa posição ambivalente: eu não era nem completamente “de fora”, nem propriamente “de dentro”. Compartilhávamos, contudo, certos pontos em comum, como a experiência da migração, a vivência de um hiato em relação ao futuro, e a busca, muitas vezes idealizada, por uma integração à sociedade europeia — uma integração repleta de paradoxos, como a valorização instrumental da diversidade cultural ao lado da estigmatização de certas origens, ou ainda a exigência de “boa integração” combinada com a precarização dos direitos.

Essa posição intermediária, esse lugar entre — entre mundos, entre línguas, entre histórias — foi uma das chaves metodológicas da minha pesquisa. Mas também representou um desafio constante: como negociar a alteridade e o pertencimento? Como lidar com o fato de ser percebido de modos diferentes por diferentes interlocutoras?

Ao longo do trabalho de campo, percebi que minha identidade — ou melhor, as identidades que me eram atribuídas — era moldada não apenas por quem eu era, mas também pelo contexto de cada encontro. Em algumas situações, era visto

como “quase um deles”, por ser migrante, falar com sotaque, ter uma aparência não europeia. Em outras, era claramente percebido como acadêmico, homem, portador de um saber institucionalizado, e, portanto, representante de uma posição de poder. Essa multiplicidade de posições me levou a pensar a pesquisa como um processo de constante negociação relacional.

A literatura sobre a reflexividade em pesquisa tem enfatizado a importância de reconhecer as múltiplas dimensões que atravessam a posição do pesquisador: gênero, raça, classe, nacionalidade, status migratório, linguagem. Autoras como Ruth Behar (1996) e Kamala Visweswaran (1994) defendem que não existe “neutralidade” ou “invisibilidade” do pesquisador, e que tornar visível a própria posição não apenas fortalece a honestidade metodológica, mas também contribui para a qualidade da análise. No meu caso, isso significou assumir que meu lugar de fala era sempre situado, marcado por condições específicas, e que a relação com as interlocutoras era construída a partir dessa assimetria.

Em vários momentos, as mulheres com quem conversei me colocaram questões diretas: “Você também é imigrante?”, “Você é casado com uma filipina?”, “Você é católico?”, “Você entende o que é cuidar de alguém idoso e doente por anos?”. Essas perguntas não eram apenas curiosidades, mas formas de situar o outro, de avaliar a confiabilidade e a afinidade. Respondê-las exigia um delicado equilíbrio entre transparência e proteção da intimidade do outro. Sempre optei por responder com honestidade, sem me esquivar, mas também sem buscar artificialmente uma identificação que não existia.

Essa postura me levou a refletir sobre o que significa “pertencer” ao campo. A pertença, na pesquisa qualitativa, não é um dado estático, mas uma construção relacional. Não se trata apenas de partilhar uma identidade (nacional, étnica, religiosa), mas de construir confiança, de partilhar o tempo, de mostrar disposição para escutar sem julgamento. Em muitos casos, foi a repetição dos encontros, a constância na presença, a atenção aos detalhes da vida cotidiana que construíram esse pertencimento. Ser aceito não como “igual”, mas como alguém que respeita, escuta e cuida da relação.

A tensão entre proximidade e distância era, portanto, constitutiva da minha prática de campo. Em algumas situações, a identificação com as interlocutoras facilitava o contato: compartilhávamos o sentimento de deslocamento, as dificuldades com a burocracia, as dúvidas sobre o futuro. Em outras, as diferenças vinham à tona de forma explícita: meu tempo de estadia na Europa era voluntário, vinculado a um projeto acadêmico; o delas, muitas vezes, era resultado de uma fuga da pobreza ou de responsabilidades familiares impostas. Minha liberdade de circulação contrastava com suas restrições legais. Essas assimetrias, por mais desconfortáveis que fossem, precisavam ser nomeadas e refletidas.

É nesse ponto que a noção de “lugar no interstício” ganha relevância. Não como uma posição de neutralidade, mas como uma zona de fricção, de tradução, de escuta. Estar nessa posição é aceitar o desconforto da deslocação constante, é reconhecer que a alteridade não se resolve, mas se habita. Como propõe Bhabha (1994), esse espaço é também o espaço da agência, da criatividade, da possibilidade de novos sentidos.

Na prática da pesquisa, isso significou assumir a tarefa de mediador cultural e simbólico, mesmo que de forma parcial e imperfeita. Em alguns momentos, fui chamado a traduzir documentos, explicar processos administrativos, ajudar com pequenas tarefas. Essas ações, embora marginais em relação ao objetivo inicial da pesquisa, tornaram-se formas concretas de construir confiança e reciprocidade. Mais do que “ajudar”, tratava-se de estar presente, de assumir a vulnerabilidade do encontro.

Essa dimensão relacional da pesquisa me levou também a repensar o uso da linguagem. Embora a maioria das entrevistas tenha sido conduzida em inglês, língua comum entre mim e as interlocutoras, havia sempre uma dimensão de tradução implícita: não apenas linguística, mas cultural e afetiva. Muitas vezes, as mulheres misturavam palavras em tagalog, em alemão ou em dialetos das Filipinas, e eu precisava pedir explicações, repetir frases, escutar com paciência. A compreensão era construída a partir do diálogo, não do domínio de uma língua.

Mais ainda, percebi que a linguagem do afeto — os silêncios, os gestos, os olhares — era tão importante quanto as palavras ditas. Em algumas entrevistas, o silêncio carregava mais sentido do que as falas longas; um olhar para o chão, um suspiro, uma hesitação no meio de uma frase podiam revelar emoções profundas, difíceis de verbalizar. Estar atento a esses sinais exigia escuta sensível, paciência e humildade. O “lugar no interstício”, nesse sentido, é também o lugar da atenção aos pequenos detalhes que tecem o vínculo.

Em resumo, minha posição no campo foi marcada por uma constante negociação entre alteridade e pertencimento. Essa posição não foi apenas um dado metodológico, mas um elemento constitutivo da análise. Reconhecer meu lugar entre — e a instabilidade desse lugar — foi essencial para construir um saber situado, relacional e ético. A reflexividade, nesse contexto, não é um luxo teórico, mas uma necessidade prática: é só a partir dela que se pode construir uma sociologia que leve a sério a complexidade dos encontros e das relações que os sustentam.

Ética, reciprocidade e restituição

Realizar uma pesquisa com mulheres migrantes que vivem em situações de precariedade e invisibilidade implica, desde o início, uma série de questões éticas que vão muito além do consentimento informado. Se a ética normativa — expressa nos comitês de ética e nos formulários padronizados — oferece um ponto de partida necessário, ela não dá conta das complexidades do trabalho de campo com interlocutoras cujas vidas estão marcadas por múltiplas formas de dominação. A ética da pesquisa, nesse contexto, se constrói cotidianamente, na escuta, no respeito, na presença e na atenção às consequências do próprio ato de investigar.

Durante minha pesquisa, a questão da reciprocidade foi uma das que mais me mobilizou. O que significa, afinal, “dar algo em troca” numa pesquisa com pessoas cujas histórias de vida são, em parte, matéria-prima para uma análise acadêmica? Seria suficiente agradecer pela confiança? Oferecer ajuda prática? Garantir o anonimato? Divulgar os resultados? Ou seria preciso inventar outras formas de compensação simbólica ou afetiva?

Na prática, adotei uma postura que poderíamos chamar de ética relacional e situada, inspirada nas contribuições de autores como Donna Haraway (1988), Sandra Harding (1991) e Emmanuel Levinas (1982). Essa ética parte do reconhecimento da assimetria entre pesquisador e pesquisado, mas não a toma como algo a ser “resolvido” ou “anulado”. Pelo contrário: trata-se de permanecer atento às implicações dessa assimetria e de agir com responsabilidade diante dela. Essa responsabilidade não é apenas metodológica, mas moral: diz respeito à forma como o outro é acolhido, escutado, representado.

No campo, isso se traduziu em pequenos gestos, muitas vezes invisíveis: respeitar o tempo da interlocutora, adaptar a entrevista ao seu ritmo, interromper uma conversa quando ela demonstrava cansaço, perguntar antes de gravar, explicar o objetivo da pesquisa com clareza, devolver o controle da narrativa à pessoa entrevistada. Não considero que essas ações comprometeram minha “neutralidade”; ao contrário, elas fizeram parte de uma ética do cuidado, baseada na escuta e na responsabilidade mútua.

A restituição, nesse contexto, ganhou múltiplas formas. Em primeiro lugar, houve a restituição imediata, que consistia em oferecer um espaço de escuta qualificada: muitas interlocutoras me disseram, ao final das entrevistas, que nunca haviam contado suas histórias daquela forma, que falar as ajudava a reorganizar pensamentos, a nomear dores, a refletir sobre decisões passadas. Essa função quase terapêutica da entrevista — embora não fosse seu objetivo — foi uma das formas mais tangíveis de reciprocidade. Dar voz, nesse caso, não signi-

ficava “falar por”, mas criar condições para que a fala acontecesse de forma respeitosa e segura.

Em segundo lugar, houve a restituição simbólica e intelectual. Durante a escrita da Tese, mantive contato com algumas interlocutoras e compartilhei trechos de textos ou reflexões que haviam surgido a partir das entrevistas. Sempre que possível, procurei retornar às histórias com cuidado, perguntando se elas se reconheciam nas palavras que eu havia escrito, se havia algo que deveria ser retirado, alterado ou ampliado. Essa prática de “devolução parcial” permitiu um diálogo contínuo, embora limitado, entre a escrita acadêmica e as experiências vividas.

A anonimização foi outra dimensão importante da ética da pesquisa. Em todos os relatos, nomes, locais e detalhes que pudessem identificar as interlocutoras foram modificados, de modo a proteger sua privacidade. Mas percebi que a anonimização não era apenas uma obrigação ética formal: ela fazia parte de um processo de reconstrução narrativa que envolvia também a minha responsabilidade como autor. Como representar uma trajetória sem expô-la? Como preservar a singularidade da história sem trair a confiança de quem a compartilhou?

Outro ponto delicado dizia respeito à publicação da pesquisa. Em que medida as interlocutoras estariam de acordo com a circulação pública de suas histórias? Que usos poderiam ser feitos de seus relatos em ambientes acadêmicos, militantes, jornalísticos? Para lidar com isso, optei por limitar a exposição das entrevistas a contextos controlados — conferências, seminários, publicações científicas — e sempre com as devidas garantias de anonimato. Ainda assim, a dúvida persistia: até que ponto minha escrita era fiel à experiência da outra? Até que ponto a transformação do vivido em objeto de análise não operava uma forma de distanciamento ou de apropriação simbólica?

É por isso que, ao longo de todo o processo de pesquisa, tentei cultivar uma postura de humildade epistemológica. Isso significa reconhecer que todo conhecimento é parcial, situado e atravessado por relações de poder. Significa aceitar que a escrita acadêmica nunca dará conta plenamente da complexidade do vivido, e que a tentativa de representar o outro é sempre arriscada, carregada de ambivalências. Essa humildade, longe de ser um obstáculo, é condição para uma sociologia mais ética, mais sensível, mais comprometida com o respeito às pessoas que tornam a pesquisa possível.

Por fim, penso que a ética da pesquisa não termina com o trabalho de campo, nem com a defesa da Tese. Ela continua na forma como divulgamos nossos resultados, na forma como citamos nossos interlocutores, na forma como dialogamos com eles depois da publicação. A restituição, nesse sentido, não é um ato pontual, mas uma atitude contínua de escuta, de diálogo, de abertura. Não há um “retorno” definitivo, mas um processo de implicação mútua que permanece no tempo.

Essa perspectiva ética me levou também a questionar os limites da pesquisa acadêmica: até que ponto ela contribui para a transformação das realidades estudadas? Como evitar que o conhecimento produzido sobre grupos vulnerabilizados seja apropriado por lógicas institucionais excludentes? Como fazer da pesquisa uma ferramenta de visibilização crítica e não de exotização? Essas perguntas, longe de ter respostas prontas, constituem um horizonte de responsabilidade que acompanha todo pesquisador comprometido com uma sociologia engajada e ética.

Tempo longo, vínculos duradouros e pós-pesquisa

Uma das características marcantes da pesquisa que realizei foi sua duração estendida no tempo. Ao longo de quase sete anos, entre os primeiros contatos em 2015 e os últimos retornos de campo em 2022, mantive relações regulares com muitas das mulheres entrevistadas. Esse tempo longo, que ultrapassa largamente o cronograma de uma investigação tradicional, permitiu não apenas acompanhar transformações em suas trajetórias, mas também construir vínculos duradouros, baseados na confiança, na escuta mútua e na partilha de experiências.

Esse envolvimento prolongado transformou profundamente o modo como me posicionava como pesquisador. Se no início eu via as entrevistas como recortes temporais de trajetórias, com o tempo fui percebendo que cada retorno ao campo era também uma oportunidade de rever, de revisitar, de reler junto com elas as experiências já narradas. A pesquisa deixou de ser um “momento” e passou a se tornar um processo relacional contínuo, com camadas de sentido que se reatualizavam a cada encontro.

Esse tipo de relação implica também lidar com o deslocamento dos papéis tradicionais atribuídos ao pesquisador e às interlocutoras. Não era raro que, nos intervalos entre as entrevistas, eu fosse convidado para festas, reuniões familiares, celebrações religiosas, ou simplesmente para uma tarde de conversa e café. Nesses contextos, minha presença não era mais apenas a de um “pesquisador”, mas a de alguém que fazia parte, ainda que de maneira lateral, da rede de relações da comunidade filipina local.

Essa implicação afetiva, por vezes desconcertante, exigiu de mim uma reflexão constante sobre os limites e os sentidos da minha presença. Como manter a escuta atenta sem invadir o espaço íntimo? Como participar de momentos de alegria ou de dor sem instrumentalizá-los como “dados”? Como equilibrar empatia e análise? Essas questões não têm respostas simples, mas são centrais para quem realiza pesquisas de longa duração em contextos marcados pela vulnerabilidade e pela distância cultural.

A durabilidade dos vínculos estabelecidos também gerou efeitos inesperados. Algumas interlocutoras passaram a me considerar uma espécie de “referência” ou de “ponte” com o mundo acadêmico e institucional. Em certos momentos, pediram conselhos sobre regularização migratória, educação dos filhos, acesso à saúde. Eu, consciente dos meus limites, procurava sempre encaminhá-las a serviços ou pessoas mais adequadas. No entanto, essas solicitações evidenciavam o grau de confiança construído ao longo do tempo — uma confiança que, embora gratificante, também carregava uma responsabilidade.

Quando a fase de campo se encerrou e a Tese foi defendida, uma nova etapa se abriu: a do pós-pesquisa. Longe de significar um fim, esse momento marcou o início de outra forma de relação com o material, com as interlocutoras e comigo mesmo. A escrita, a publicação, a apresentação dos resultados — tudo isso trouxe à tona novas camadas de implicação. Falar publicamente dessas histórias me obrigava a revivê-las, a renegociar os sentidos atribuídos aos acontecimentos, a lidar com as ausências e com os silêncios.

Mais ainda, o término da pesquisa não significou o fim dos laços estabelecidos. Algumas interlocutoras continuaram a me escrever, a compartilhar novidades, a pedir conselhos. Outras me convidaram novamente para eventos familiares ou religiosos — aos quais não pude ir por motivos pessoais.

Essa continuidade pós-pesquisa me levou a pensar na importância do que poderíamos chamar de ética da presença estendida. Trata-se de reconhecer que o trabalho de campo não se encerra no momento da coleta de dados, mas que seus efeitos — e as relações que ele gera — persistem, se desdobram e nos transformam. Ser pesquisador, nesse sentido, é também assumir uma forma de compromisso com os mundos que atravessamos.

Esse compromisso não é apenas afetivo, mas também político e epistemológico. A experiência prolongada com essas mulheres me levou a questionar categorias analíticas, a rever hipóteses, a modificar interpretações. A cada retorno ao campo, surgiam dúvidas novas, aspectos antes invisíveis ganhavam destaque, falas esquecidas adquiriram novos sentidos. A presença estendida permitiu, assim, aprofundar a complexidade das trajetórias observadas, sem reduzi-las a tipologias ou modelos rígidos.

Mas esse tempo longo também teve seus desafios. Manter o contato com interlocutoras por tantos anos exigiu energia, disponibilidade e, sobretudo, uma atenção constante às mudanças em suas vidas. Algumas se mudaram de cidade ou de país. Outras enfrentaram doenças, separações, perdas. Em certos momentos, precisei respeitar silêncios, ausências, afastamentos. Aprendi que a continuidade não é linear: ela se faz de presenças e de lacunas, de reaproximações e de distâncias momentâneas.

Para mim, pessoalmente, a pós-pesquisa também implicou um processo de luto simbólico. Encerrar a escrita da Tese foi, em parte, despedir-me de uma fase intensa da minha vida, marcada por encontros profundos, por deslocamentos físicos e subjetivos, por transformações. A publicação do livro baseado na Tese foi, nesse sentido, uma tentativa de deixar um registro durável desse percurso — um gesto de reconhecimento às mulheres que me confiaram suas histórias, mas também uma forma de elaborar a intensidade da experiência vivida.

Em suma, a pesquisa de longa duração me ensinou que a sociologia não é apenas uma técnica ou um método, mas uma forma de estar no mundo, de se relacionar com os outros, de escutar e de se deixar afetar. Ela exige tempo, atenção, respeito. E, acima de tudo, exige presença — uma presença que não se limita ao campo, mas que continua a ressoar nas palavras escritas, nas apresentações, nas conversas futuras. A pós-pesquisa, nesse sentido, é menos um fim do que um novo começo: o de uma sociologia comprometida, sensível e implicada.

Conhecimento situado e transformações do pesquisador

Ao longo deste percurso de pesquisa, fui sendo atravessado por um conjunto de experiências, afetos e deslocamentos que me transformaram profundamente — não apenas como sociólogo, mas também como sujeito. A convivência prolongada com as migrantes filipinas na Alemanha, a escuta de suas histórias, a partilha de momentos cotidianos e a tentativa constante de compreender suas práticas e resistências me levaram a revisar posicionamentos, a desmontar certezas e a reformular hipóteses.

Essas transformações não foram apenas metodológicas ou teóricas: elas implicaram uma reconfiguração de minha posição como produtor de conhecimento. Como homem latino-americano, pesquisador migrante na Europa, eu ocupava um lugar ambíguo: próximo e distante, familiar e estrangeiro, observador e participante. Essa posição me oferecia certos acessos — como a empatia com experiências de deslocamento —, mas também me impunha limites, sobretudo no que diz respeito à compreensão das experiências de gênero, cuidado e religião no cotidiano das entrevistadas.

É nesse sentido que me aproximei da noção de “conhecimento situado”, proposta por Donna Haraway (1988) e desenvolvida por autoras feministas como Patricia Hill Collins (1990) e Sandra Harding (1991). A ideia central é a de que todo conhecimento é produzido a partir de um lugar específico, marcado por relações de poder, de gênero, de raça e de classe. Não existe olhar “neutro” ou “universal”: toda investigação carrega consigo os traços de quem a realiza, bem como as condições históricas, sociais e emocionais nas quais ela se inscreve.

Assumir essa perspectiva significou, para mim, repensar as formas como eu construía meus objetos, selecionava meus interlocutores, interpretava os dados. Significou também reconhecer que minha presença no campo não era neutra, mas interferia nas dinâmicas que eu observava, despertava expectativas, provocava efeitos. Em alguns momentos, as entrevistadas buscavam me agradar, adaptar suas falas ao que imaginavam ser “interessante para o pesquisador”; em outros, me colocavam em posições desconfortáveis, exigindo de mim tomadas de posição, julgamentos, conselhos.

Reconhecer a dimensão situada do conhecimento não significa cair num relativismo paralisante. Ao contrário: trata-se de afirmar a responsabilidade do pesquisador diante do que observa e do que escreve. Trata-se de explicitar os pontos de vista, as escolhas, os recortes. Trata-se, ainda, de reconhecer que o saber produzido não é uma “verdade objetiva”, mas uma construção situada, marcada por tensões, por silêncios, por disputas de sentido.

Essa postura reflexiva me levou a incorporar, na própria escrita da Tese, passagens que tratam explicitamente do meu percurso pessoal, das dúvidas metodológicas, dos impasses éticos, dos afetos envolvidos. Não se trata de colocar o “eu” como centro, mas de reconhecer que o “eu” está sempre presente, mesmo quando tenta se apagar. Como argumenta Arlie Hochschild (2012), as emoções não se opõem à razão, mas são socialmente organizadas e fundamentais para a ação. Foi justamente essa dimensão emocional — socialmente situada e estruturante — que, em muitos momentos, orientou minhas escolhas analíticas.

Outro aspecto importante da minha transformação como pesquisador foi o deslocamento da ideia de “resistência”. No início da pesquisa, eu tendia a buscar manifestações explícitas, confrontos abertos, mobilizações coletivas. Com o tempo, aprendi a valorizar as formas sutis, cotidianas e ambíguas de resistência, inspirando-me em autores como Danièle Kergoat (2012) e James Scott (2019). O gesto de evitar um conflito, de recorrer à fé, de cuidar de si ou dos outros, de rir de uma situação de opressão — tudo isso passou a ser lido como práticas de resistência encarnadas, contextualizadas, atravessadas por contradições.

Essa mudança de olhar também se aplicou a mim mesmo. Em vez de buscar me posicionar como alguém “acima” ou “fora” das dinâmicas observadas, passei a me ver como alguém inserido nas mesmas redes de poder, de afeto e de significado. Isso implicava aceitar que minha própria presença era marcada por desigualdades: minha mobilidade era diferente, meus recursos simbólicos e institucionais eram distintos, minha posição de gênero e racialização era outra. Assumir essas assimetrias foi um passo fundamental para uma sociologia mais ética e mais justa.

Por fim, a principal transformação talvez tenha sido a do meu próprio entendimento sobre o papel do pesquisador. Deixei de me ver como alguém que “produz saberes” para me entender como alguém que co-constrói sentidos junto com os outros, em processos marcados por negociações, tensões e escutas mútuas. Essa co-construção exige tempo, humildade, atenção. Exige, sobretudo, o reconhecimento de que as interlocutoras não são “fontes de dados”, mas sujeitos ativos, capazes de interpretar, criticar, propor.

Em suma, o conhecimento produzido ao longo desta pesquisa é fruto de uma experiência situada, afetiva e relacional. Ele carrega as marcas das vozes ouvidas, dos corpos encontrados, dos caminhos trilhados. Ele é resultado de um processo de transformação mútua, no qual pesquisador e pesquisadas se afetam, se interrogam, se acompanham. Mais do que respostas, essa investigação me deixou perguntas — perguntas que continuam a me acompanhar e que, espero, possam também ecoar em outros contextos, em outros corpos, em outras práticas de pesquisa.

Conclusão — escutar, implicar-se, transformar-se

Concluir uma pesquisa etnográfica nunca é um gesto definitivo. Ao contrário, é aceitar que os fragmentos de realidade que se conseguiram apreender são apenas partes de uma rede muito mais ampla, dinâmica e complexa. Encerrar este artigo, portanto, não é afirmar que tudo foi dito ou compreendido. É, antes, reconhecer os limites do saber produzido, os silêncios que permanecem, as perguntas que continuam em aberto.

Se há uma certeza que emergiu ao longo deste percurso, é a de que a escuta atenta e ética é o fundamento de toda pesquisa crítica. Escutar não é apenas registrar, anotar ou transcrever. É implicar-se com o outro, acolher sua história, reconhecer a densidade de sua fala, ainda que fragmentada ou contraditória. É resistir à tentação de categorizar rapidamente, de interpretar a partir de esquemas prévios, de reduzir a complexidade das trajetórias vividas.

No encontro com as migrantes filipinas na Alemanha, essa escuta se fez em muitos registros: nas palavras ditas e nas que foram evitadas, nos silêncios pesados e nas risadas cúmplices, nas pausas que revelavam tanto quanto os discursos. Escutar foi também aceitar o desconforto, a incompletude, a impossibilidade de “traduzir” plenamente a experiência do outro. Foi compreender que as histórias que me eram confiadas vinham carregadas de dor, esperança, fé, medo, e que o meu papel era o de cuidar dessas narrativas com o máximo de respeito e responsabilidade.

A escuta, por si só, já é um gesto transformador. Mas ela se torna ainda mais potente quando conduz à ao engajamento. Engajar-se significa recusar a posição de

neutralidade distante. Significa aceitar que a pesquisa nos convoca, nos mobiliza, nos atravessa. Significa reconhecer que nossas categorias analíticas não são neutras, que nossos silêncios falam, que nossos gestos interpretativos têm consequências.

Essa implicação não é sinônimo de dissolução do rigor. Ao contrário, ela o exige de forma ainda mais intensa. Um rigor que não é apenas técnico ou metodológico, mas também ético, relacional, afetivo. Engajar-se é perguntar-se constantemente: por que escolhi este tema? Por que estou interpretando desta forma? Quais vozes estou amplificando? Quais estou deixando de lado?

No meu caso, essa implicação me levou a reavaliar meu próprio percurso como pesquisador migrante. Me fez perceber como minhas experiências de deslocamento, de pertencimento ambíguo, de busca por reconhecimento, ecoavam — de forma distinta — nos relatos que eu escutava. Me fez mais sensível às sutilezas do cotidiano das mulheres que entrevistei, às suas formas de resistência discreta, às suas escolhas religiosas, ao modo como cuidavam de si e dos outros. Me fez, sobretudo, compreender que o conhecimento não se produz apesar de nós, mas através de nós — com nossas contradições, nossas histórias, nossos afetos.

Por fim, esse processo de escuta e implicação conduziu a uma transformação. Uma transformação intelectual, certamente — que me fez abandonar algumas certezas, rever teorias, refinar conceitos. Mas também uma transformação pessoal. Aprendi a ser mais paciente, mais humilde, mais atento às margens. Aprendi que o trabalho de campo não se mede apenas pela quantidade de entrevistas realizadas, mas pela qualidade da presença, pela escuta atenta, pela capacidade de construir vínculos. Aprendi que há saberes que não se dizem, mas se insinuam nos gestos, nos olhares, nas pausas. E que reconhecer esses saberes exige uma disposição para o não saber, para o aprender contínuo, para o desaprender.

Transformar-se, no contexto de uma pesquisa etnográfica, é aceitar que não saímos ilesos do encontro com o outro. É reconhecer que somos afetados, movidos, deslocados. E que é justamente nesse movimento que se produz um saber vivo, encarnado, situado. Um saber que não se pretende totalizante, mas que se quer comprometido: com as pessoas que nos confiaram suas histórias, com os contextos que procuramos compreender, com a prática de uma sociologia crítica e sensível.

Essa abordagem implica um deslocamento em relação a certa tradição acadêmica que valoriza o distanciamento, a objetividade desimplicada, a autoridade do pesquisador. Sem abrir mão do rigor, proponho aqui uma sociologia que reconhece a centralidade do corpo, das emoções, dos afetos. Que valoriza a reflexividade, não como adorno, mas como condição de possibilidade de um saber mais justo. Que entende o campo não como um lugar a ser explorado, mas como um espaço relacional, no qual se constroem vínculos, saberes e possibilidades.

Acredito que esse caminho possa contribuir para renovar nossas práticas de pesquisa, especialmente em contextos marcados por desigualdades, como os das migrações contemporâneas. O desafio é duplo: compreender as experiências das pessoas que migram em sua complexidade, e ao mesmo tempo interrogar as condições nas quais esse conhecimento é produzido. Isso exige de nós, pesquisadores e pesquisadoras, uma disposição para o desconforto, para a autocrítica, para a abertura.

Concluo, assim, com uma convicção que se consolidou ao longo da minha trajetória: fazer pesquisa é, antes de tudo, um ato de escuta, de implicação e de transformação. E é nessa tríade que reside a potência de uma sociologia viva, comprometida e situada.

Nota

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Behar, R. (1996). *The vulnerable observer: Anthropology that breaks your heart*. Beacon Press.
- Bertaux, D. (2010). *Le récit de vie* (Collection L'enquête et ses méthodes). Armand Colin.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. University of Chicago Press.
- Blalock, H. M. (1982). *Conceptualization and measurement in the social sciences*. Sage.
- Burawoy, M. (1998). The extended case method. *Sociological Theory*, 16(1), 4-33.
<https://doi.org/10.1111/0735-2751.00040>
- Burawoy, M. (2005). For public sociology. *American Sociological Review*, 70(1), 4-28.
<https://doi.org/10.1177/000312240507000102>
- Bhabha, H. K. (1994). *The location of culture*. Routledge.
- Collins, P. H. (1990). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Unwin Hyman.
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599.
<https://doi.org/10.2307/3178066>
- Harding, S. (1991). *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. Cornell University Press.
- Hochschild, A. R. (2012). *The managed heart: Commercialization of human feeling* (3ª ed.). University of California Press.
- Kergoat, D. (2012). *Se battre, disent-elles...* La Dispute.

- Levinas, E. (1982). *Éthique et infini : Dialogues avec Philippe Nemo*. Fayard.
- Malheiros, D. D. C. (2025). *De Manille à Berlin : Pratiques de résistance des femmes migrantes philippines en Allemagne*. Éditions L'Harmattan.
- Parreñas, R. S. (2015). *Servants of globalization: Migration and domestic work* (2^a ed.). Stanford University Press.
- Scott, J. C. (2019). *La domination et les arts de la résistance : Fragments du discours subalterne* (O. Ruchet, Trad.). Éditions Amsterdam.
- Visweswaran, K. (1994). *Fictions of feminist ethnography*. University of Minnesota Press.

Data de submissão: 12/05/2025 | **Data de aceitação:** 01/07/2025